



## **ESTRUTURAÇÃO E AVALIAÇÃO DA COMPRA DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO CEARA**

Sylas Rhuan Pereira Soares da Silva Portácio<sup>1\*</sup>, Liene Ribeiro de Lima<sup>2</sup>, Karla Bruna Nogueira Torres Barros<sup>2</sup>, Carlos André Lucas Cavalcanti<sup>3</sup>, Oneide Facundo Vasconcelos de Oliveira<sup>1</sup>, Donato Mileno Barreira Filho<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Fortaleza; <sup>2</sup> Centro Universitário Católica do Ceara; <sup>3</sup> Residência Multiprofissional em Saúde-Ênfase em Pediatria

rhuansantana@hotmail.com

---

### **Resumo**

As práticas terapêuticas em saúde configuram-se, na sua quase totalidade, em terapias medicamentosas. Referido estudo tem como objetivos, identificar o perfil da gestante quanto à automedicação e a potencial relação com os desfechos teratogênicos, na atenção primária nas Unidades Básicas de Saúde da zona urbana, na cidade de Quixadá. Estudo descritivo exploratória com abordagem quantitativa, com 161 mulheres. Os dados foram coletados no período de fevereiro e março do ano de 2016. O estudo obedeceu às recomendações da resolução nº466/12, sendo enviado à Plataforma Brasil e obtendo aprovação sob o nº1.420.350. Identificou-se que a maioria das mulheres entrevistadas possui uma idade média de 26,72 anos (DP ±6,29), predominaram mulheres com companheiros (82,1%) e um nível educacional baixo (58,1%), a maioria está dentro do mercado de trabalho (54,6%) com renda familiar média de 860,00R\$. Em relação aos dados clínicos, foi visto que, (31,2%) das gestantes era portadora de doenças crônicas prevalecendo Diabetes (36,6%) e Hipertensão arterial (50,0%). Ao final desse estudo, pode-se verificar que a automedicação por parte delas é uma realidade.

Palavras-chaves: Automedicação, Gestantes e Farmacêutico.

---

### **Introdução**

A assistência terapêutica integral, incluindo a assistência farmacêutica, também é área de atuação do SUS (BRASIL, 2008). A Política Nacional de Medicamentos (PNM) definiu a assistência farmacêutica como um grupo de atividades relacionadas com o medicamento,



destinadas a apoiar as ações de saúde demandadas por uma comunidade (BRASIL, 1990).

De acordo com Marin et al. (2009) esclarecem que, “para o Brasil, o termo Assistência Farmacêutica envolve atividades de caráter abrangente, multiprofissional e intersetorial, que situam como seu objeto de trabalho a organização das ações e serviços relacionados ao medicamento em suas diversas dimensões, com ênfase à relação com o paciente e a comunidade na visão da promoção da saúde”.

Em 2004, o Conselho Nacional de Saúde publicou o documento da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), que reforça a idéia de que a assistência farmacêutica é parte do cuidado à saúde individual ou coletiva, tendo no medicamento o insumo essencial, cujo acesso deve ser garantido com uso racional (BRASIL, 2009) Visando normalizar a participação das três esferas de governo no financiamento da assistência farmacêutica (AF), o Ministério da Saúde (MS) emitiu a Portaria Nº 176/99 estabelecendo critérios e requisitos para habilitar municípios e estados ao Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica (IAFB), incluído no Piso de Atenção Básica (PAB).

A portaria relata que os recursos deveriam ser disponibilizados, a cada mês, na conta do Fundo Municipal de Saúde ou do Fundo Estadual de Saúde, de acordo com pacto realizado no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite /CIB/ (BRASIL, 1999, 2000, 2001, 2002).

Como uma forma de ampliar e garantir o acesso aos medicamentos foi que o MS criou o Banco de Preços em Saúde (BPS), que é um sistema informatizado que registra, armazena e disponibiliza por meio da internet, os preços de medicamentos e produtos para a saúde, que são adquiridos por instituições públicas e privadas cadastradas no sistema. Os preços são inseridos pelas próprias instituições e representam os valores pagos no momento da compra daqueles bens. Além de tornar públicas as informações sobre os preços, o sistema proporciona a visualização de relatórios gerenciais, visando auxiliar as instituições na gestão de seus recursos financeiros (PORTAL SAÚDE, 2014).

O presente estudo terá por objetivo analisar o modelo de compra centralizada de medicamentos da atenção básica de Banabuiú/CE, realizada pela Coordenadoria de Assistência Farmacêutica do Estado do Ceará (COASF/CE), através do comparativo do custo de aquisição destes medicamentos da atenção básica, fazendo um comparativo com a compra descentralizada utilizando o BPS e municípios da Assistência Farmacêutica do Estado de Pernambuco.



---

## **Materiais e Métodos**

### Tipo de estudo

É um estudo retrospectivo, da Programação Pactuada e Integrada de Medicamentos (PPI de medicamentos), dos anos de 2011, 2012 e 2013, fundamentado em pesquisa no Banco de Preços em Saúde do Ministério da Saúde, no Relatório Anual de Gestão da Assistência Farmacêutica do Estado de Pernambuco de 2012 (RAG/AF/PE/2012) e documental.

### Período e local de estudo

Foi realizado na Assistência Farmacêutica de Banabuiú/CE, e na Assistência Farmacêutica do Estado de Pernambuco, no período de junho de 2013 à abril de 2014.

### Coleta de dados

A revisão sistemática da literatura foi realizada através de levantamento bibliográfico por meio das bases de dados Scielo e Lilacs, pesquisando artigos publicados entre 2000 a 2014, que discorrem sobre a gestão pública no tocante aos medicamentos, utilizando o cruzamento das seguintes palavras-chave: CEME, Política Nacional de Medicamentos, RENAME, Assistência Farmacêutica, SUS, ANVISA, Medicamentos Essenciais.

Quanto aos dados relacionados aos medicamentos adquiridos, quantidades, valor monetário unitário e modelo de compra (centralizado ou descentralizado), foram realizados a partir de notas fiscais emitidas pelo COASF/CE à Assistência Farmacêutica de Banabuiú/CE e pelo Relatório Anual de Gestão da Assistência Farmacêutica do Estado de Pernambuco de 2012 (RAG/AF/PE, 2012).

---

## **Resultados e Discussão**

A REMUME da atenção básica de Banabuiú nos anos de 2011, 2012 e 2013, constou de 108, 116 e 114 itens respectivamente. Foi realizada uma curva ABC para cada ano, onde foi possível a



seguinte análise e trabalhamos a Curva A de cada ano, conforme tabela 3:

Tabela 3- Análise do custo da compra de medicamentos da atenção básica, Banabuiú 2014.

<b>AF/BNB</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Custo da compra centralizada (R\$)	151.884,88	151.884,88	151.884,88
Total de itens da curva A	30	34	32
% de itens da curva A	27,7	29,3	28
Valor da curva A (R\$)	102.515,00	99.473,59	111.571,70
% do custo da curva A	67,5	65,5	73,5

O comparativo do custo dos medicamentos adquiridos pela Assistência Farmacêutica Básica de Banabuiú, com o Banco de Preços em Saúde (BPS), foi realizado com os itens iguais da Curva A de cada ano e que constavam no BP/MS, conforme tabela 4:

Tabela 4- Comparativo do custo de aquisição dos medicamentos adquiridos pela Assistência Farmacêutica Básica de Banabuiú, com o BPS, Banabuiú/CE 2014.

<b>ANO</b>	<b>Itens da curva A e que consta no BPS</b>	<b>Valor da curva A pela compra centralizada (R\$)</b>	<b>Valor da curva A pelo preço do BPS (R\$)</b>
2011	23	84.125,00	342.626,98
2012	33	97.649,59	205.800,27
2013	32	111.571,70	139.662,47

É possível verificar que a economia para a aquisição dos medicamentos da atenção básica da curva A em 2011 foi de 307% e que nos anos de 2012 e 2013 foram de 110,75% e 20%, respectivamente.

## **Conclusão**

Através do presente estudo foi possível perceber que o valor monetário de R\$ 151.884,88 destinado à compra de medicamentos da atenção básica pela Assistência Farmacêutica de Banabuiú/CE não variou de 2011 à 2013.

A aquisição de medicamentos da atenção básica de Banabuiú/CE, quando comparado



ao Banco de Preços em Saúde (BPS), se conclui que é vantajoso a compra centralizada, pois foi possível reduzir o custo para a aquisição dos medicamentos da atenção básica em 307%, 110,75% e 20%, nos anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

Usando a ferramenta de pesquisa, o BPS, fizemos o comparativo da compra centralizada de Banabuiú/CE, um município de pequeno porte, com Fortaleza/CE, capital do Ceará e município de grande porte, que utiliza o modelo de compra descentralizado, chegando-se a conclusão de que o custo dos medicamentos da atenção básica foram iguais.

Desta forma, foi possível concluir que o custo de aquisição de medicamentos da atenção básica para municípios com características semelhantes ao município em análise, Banabuiú/CE, é vantajoso o uso da compra centralizada, pois adquire o medicamento com um menor preço.

---

### **Agradecimentos**

Agradecemos a Deus, professores, orientadores, residente e acadêmicos envolvidos no trabalho e a coordenação da atenção básica do município de Quixadá.

---

### **Referências**

ARAÚJO, A. da L. A. de et al. Perfil da assistência farmacêutica na atenção primária do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, p.611-617, 2008. Supl.

ANDRADE, M. A. Avaliação do consumo de medicamentos em idosos no município de Londrina-PR. 2003. Tese (Doutorado)-Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2003.

ATLAS Brasil. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil\\_print/cedro\\_pe](http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/cedro_pe)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BERMUDEZ, J. A. Z. ; BONFIM, J. R. de A. (Orgs.). **Medicamentos e a reforma do setor saúde**. São Paulo: Hucitec, Sobravime, 1999. rom.

# III SIMPÓSIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS MÉDICAS



BRASIL. Decreto nº 68.806, de 25 de junho de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, jun. 1971. Portaria no 3.916, de 30 de outubro de 1998. Dispõe sobre a aprovação da Política Nacional de Medicamentos. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/doc/portariagm3916/gm.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Resolução CNS no 338/2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/doc/resolucaocns338/cns.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

PESSOA, Nívea Tavares. **Perfil das solicitações administrativas e judiciais de medicamentos impetrados contra a Secretaria do Estado do Ceará**. Fortaleza, 2007.

PORTAL SAÚDE. **Banco de preços em saúde**. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id\\_area=939](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=939)>. Acesso em: maio 2014.